



FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA GEOPOLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM A TEORIA DE FRONTEIRAS

Carlos de Meira Mattos

O título expressa, com precisão, o conteúdo deste ensino, do qual selecionamos as seguintes mensagens:

“As restrições à aceitação da Geopolítica como conhecimento científico advêm da criminosa exploração de acadêmicos e políticos alemães que, nela, buscaram justificativa científica para os dois grandes conflitos bélicos do século. A utilização distorcida e condenável, porém, não a deve atingir como conhecimento científico, assim como não atinge a Estatística e a História, sempre objeto de falsificações intencionais.”

“As fronteiras são sempre regiões geopoliticamente sensíveis.”

“O Direito Internacional, a Geopolítica e a Diplomacia são os grandes sustentáculos de uma política de fronteiras que busque a estabilidade e a paz.”

Em debate acadêmico recente, em sala de aula, fomos colocados diante da seguinte questão: — Geopolítica, arte ou ciência?

Expusemos, então, o nosso pensamento: — Geopolítica, ciência política.

Por quê? Ciência, porque pertence a grande família das ciências de observação, nascidas de experiência histórica e incorporadas, pouco a pouco,

à área dos conhecimentos científicos, após a consagração dos pensadores do século XVII — Francis Bacon, Galileu, Descartes — que conseguiram ampliar o horizonte do saber pela criação do método de pensamento indutivo.

Portanto, a Geopolítica pertence ao grupo das ciências sociais (política, economia, psicologia, sociologia, etc.) e nós a posicionáramos como

um ramo da política — aquele que trata da aplicação da política aos espaços geográficos.

Considerando-se o conceito de Kant de que as ciências têm suas raízes na Filosofia, será fácil encontrar-se a fonte do pensamento geopolítico em dois importantes ramos da Filosofia: na Gnosilogia (teoria do conhecimento) e na Axiologia (teoria dos valores).

Existe a respeito da Geopolítica, nos meios acadêmicos de alguns países do ocidente democrático, certas restrições à sua aceitação como conhecimento científico. Essa recusa advém da criminosa exploração da Geopolítica por políticos e acadêmicos alemães que, por ocasião dos dois grandes conflitos bélicos deste século, tentaram impingir ao mundo suas ambições imperialistas revestidas de uma justificativa científica baseada na Geopolítica. Associaram-se, nesse mister, o Kaiser Guilherme II e o Von Liebert, na 1ª Grande Guerra, Hitler e o Professor e Geógrafo Kar Haushofer, na 2ª Guerra Mundial. Haushofer, Diretor do Instituto Geopolítico de Munich, aviltou esse centro científico, consentindo que ali veiculassem as idéias expansionistas de Hitler, tentando impregná-las de uma marca geopolítica baseada em falsa pesquisa e análise; com essa intenção mistificadora foram tratados os interesses racistas e de expansão territorial que interessavam ao Reich. O modelo mais claro da mistificação científica intentada pelo Instituto dirigido por Haushofer foi a teoria do

espaço vital — lebensraum —, espalhada pelo mundo para justificar a necessidade expansionista da Alemanha hitlerista.

Mas, a utilização condenável da Geopolítica por autores e políticos despudorados não a deve atingir como conhecimento científico, como não atinge a Estatística e a História, sempre objetos de falsificações intencionais.

Foi o desenvolvimento do estudo da Geografia Política, na Alemanha e na França, no final do século XIX, a fonte geratriz da Geopolítica.

Notaram os geógrafos da escola alemã, particularmente Ratzel, Kjéllen (sueco) e Maull, que os acontecimentos históricos obedeciam certas leis sugeridas pelo meio físico, espaço geográfico, onde se desenvolviam. Aprofundaram suas observações e concluíram que a geografia dos países e dos continentes induzia comportamentos políticos. Aplicadas essas observações ao método de pensamento indutivo, já consagrado na pesquisa científica, surgiram certas sugestões políticas relacionadas com o espaço geográfico — sua forma, extensão, posição geodésica e posição relativa aos espaços vizinhos. Aceitas essas observações, baseados na experiência histórica, estava criado um ramo da ciência política, que deveu a Kjéllen seu batismo, com o nome de Geopolítica. Logo em seguida, na França, geógrafos e historiadores do mesmo valor, como Brunhes, Val-laux, Vidal de La Blache, percorrem caminho semelhante, saltando tam-

bém do campo da observação geográfica para o das sugestões políticas da geografia. Nos Estados Unidos, surgiam as obras do Almirante Mahan e de Bowman. Na Inglaterra, Mackinder, geógrafo e diplomata, surpreende, em 1904, com sua teoria sobre o poder mundial baseado na ocupação do *heartland*, coração da terra, por uma única potência política. Mackinder é considerado o criador da teoria do poder terrestre, assim como o Almirante Mahan o é da teoria do poder marítimo.

Muito poderíamos dizer sobre o desenvolvimento e as conseqüências da teorização das idéias geopolíticas neste último século, mas vamos resumir e repetir o pensamento de dois geógrafos norte-americanos contemporâneos, da Universidade de Columbia, Preston James e Kempton Webb, que não se consideraram geopolíticos:

“Três princípios básicos fundamentam as conexões entre qualquer sociedade humana e o espaço geográfico que ocupam. O *primeiro* é que qualquer sociedade humana para sobreviver deve realizar uma inter-relação operativa com a terra. A terra é a expressão geral que usamos para nos referirmos ao meio ambiente ou à base de recursos naturais. O *segundo* princípio é que não existe habitat — terra ocupada por uma sociedade humana — que seja inteiramente favorável ou desfavorável para qualquer tipo de sociedade. A mesma combinação de formas de habitat pode ser fa-

vorável a algumas sociedades e desfavoráveis a outras... O *terceiro* princípio é que nenhuma sociedade humana e seu ambiente natural formam um sistema permanente de elementos interrelacionados. Quando os habitantes de determinada área introduzem uma mudança nos elementos físicos ou biológicos do habitat, todo o equilíbrio ecológico pode ser alterado.”

Reconhecem os dois ilustres professores da Columbia University, acima citados, em linguagem geográfica, que evita qualquer comprometimento com a geopolítica, três princípios ou três leis que endossam a lei de ouro da geopolítica — que a geografia influi no comportamento das sociedades, portanto na política.

Um pensamento mais vinculado à geopolítica é o do historiador e sociólogo inglês Arnold Toynbee, quando conclui, após o estudo das civilizações que povoaram o planeta, desde à época dos impérios da Mesopotâmia:

“A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim apresenta seu desafio; caberá ao homem responder a este desafio; ou responde e o supera ou não responde e é derrotado.”

A geopolítica recebeu contribuições valiosas de pensadores e filósofos famosos que permitiram aos seus criadores — Ritter, Ratzel, Kjéllen, Vidal de La Blache, Brunhes e Vallaux entre outros — formularem

e sistematizarem seus fundamentos teóricos.

Vamos citar alguns, apenas, entre estes pensadores de renome universal que precederam com suas experiências à teorização da ciência das relações entre as sociedades humanas e o meio geográfico. Seleccionamos, na Antiguidade, Heródoto e Tucídides, Hipócrates e Aristóteles; na fase do iluminismo europeu, trouxeram suas idéias aos formuladores da Geopolítica, entre outros, Montesquieu e Hegel.

É conhecida a sentença de Heródoto: “terras férteis homens indolentes, terras ásperas homens duros”.

De Montesquieu, no seu *L'Esprit de Loi* extraímos, estas “pérolas” que hoje chamaríamos de idéias geopolíticas:

“Os mares aproximam, as cadeias de montanha afastam.”

“Se uma república é pequena, vive ameaçada de destruição por um poder estrangeiro; se é grande, vive ameaçada de desagregação por condições internas.”

De Hegel, no seu livro *Philosophy of History* captamos:

“Não devemos considerar o solo ocupado pelas nações como fator externo, mas como o aspecto ligado à natureza, intimamente vinculado ao caráter do povo. Esse caráter, relacionado com a natureza do solo, representa o modo e a forma sob os quais as nações se apresentam na Histó-

ria e nela ocupam lugar e posição.”

Esses pensamentos valem como um chamamento à razão para a relação homem-meio geográfico.

Para aqueles que insistem em negar o peso da Geopolítica no processo histórico, responde o autor norte-americano Nicholas Spykman, na obra *America's Strategy in World Policy*:

“A geopolítica existe e pode explicar ou interpretar muita coisa no comportamento de uma potência na conjuntura internacional.”

Por todas essas razões, consideramos a Geopolítica pertencente à família da Ciência Política, constituindo ramo que estuda “a política aplicada aos espaços geográficos”.

Do ponto de vista moderno, a “Política é a arte de governar” os Estados-Nação, interpretando suas aspirações coletivas — interesse nacional — administrando os recursos naturais e psicológicos da sociedade, tendo em vista o bem comum de seus habitantes. A maioria dos cientistas políticos considera como características essenciais do Estado —, seu povo, seu território e suas instituições. Haushofer inclui entre estas características essenciais, a fronteira.

A fronteira, destacada ou não como característica essencial da Nação-Estado, sempre, existe e é vital — é a linha ou faixa periférica que contorna o território, de cuja soberania o Estado não pode abdicar. Sendo, como é, uma região periférica, é a

faixa de contacto com outras soberanias, com o mar ou com o espaço aéreo cujos limites jurisdicionais e direito de utilização são regulados por leis internacionais. As fronteiras são, portanto, *regiões sensíveis*, onde os direitos soberanos dos Estados se contactam fisicamente.

A história não nos permite minimizar o papel relevante das fronteiras na vida do Estado. As disputas fronteiriças foram e são responsáveis pela grande maioria de conflitos e guerras internacionais. O geógrafo e geopolítico francês Lapradelle nos lembra que os conflitos fronteiriços são quase sempre impregnados de paixão e ódios.

A importância da fronteira vem crescendo na medida em que aumenta a população do planeta. Realmente, é fácil de se imaginar, que entre a época do nascimento de Jesus Cristo, quando a população do planeta era avaliada em 250 milhões de habitantes e a situação atual, quando esta população está beirando os 6 bilhões de habitantes, aumentaram os problemas relativos à vizinhança entre as nações. Num mundo vazio, quase não havia fronteiras e sim imensos espaços desabitados separando os núcleos da população. Num mundo densamente povoado (considere-se que a chamada explosão populacional só teve início a partir de 1850 quando o número de habitantes do planeta atingiu o primeiro milhão) aumentaram os contactos territoriais entre as nações e, como tal, os conflitos de jurisdição estatal ou de fronteira.

A primeira impressão que recebemos de um país quando examinamos o mapa ou o atlas é a de sua forma aparente — quadrado, losango, círculo, polígono, retângulo, triângulo, filiforme, etc. A linha de contorno dessa figura, quando terrestre, é montanha ou plana, outras vezes fluvial, ora marítima. Os países vizinhos ora são muitos, ora poucos, às vezes apenas o mar. O poder político desses vizinhos pode ser forte ou fraco, de pressão ou de convivência. Todos esses fatores de forma, posição, natureza física e pressão política têm influenciado na evolução histórica e na dinâmica de fronteiras dos países envolvidos.

A dinâmica das fronteiras, sua força e suas conseqüências políticas, observadas, em particular, a partir do século XVIII, vêm sendo estudadas por inúmeros autores, entre os quais destacaremos Ratzel (alemão), Lord Curzon (inglês), Haushofer (alemão), Holdich e Fawcett (ingleses), Vidal de La Blache, Lapradelle e Ancel (franceses), Gottman, Fisher, Bowman, Baggs, Jones, Prescott (norte-americanos), Everardo Backeuser e Helio Viana (brasileiros).

Os autores acima citados, de conformidade com suas inclinações geopolíticas, criaram uma Teoria de Fronteiras, ora pendendo para o determinismo geográfico, de marca alemã, cujo paradigma é a teoria do "Estado organismo vivo", de autoria de Kjéllen. Neste conceito Kjélliano "a fronteira é a epiderme do corpo do Estado". O Estado — or-

ganismo vivo, nasce, tem infância, puberdade e juventude, portanto cresce, adquire a maturidade e o poder — domina ou é dominado, expande-se, estagna ou se desagrega, em todos estes momentos a linha periférica de seu corpo, sua epiderme — cresce, estaciona ou refluí.

No conceito organicista de Kjéllen, sendo a fronteira a epiderme do corpo de Estado é ela que recebe e transmite, em primeira mão, todas as manifestações do poder emitidas ou dirigidas ao cérebro estatal — destinadas ou vindas do exterior. É, portanto, a fronteira, a parte do organismo estatal mais sensível às manifestações do mundo exterior. É ali, essencialmente, que se protege a integridade física do Estado.

Nos conceitos de Haushofer sobre fronteiras predomina a preocupação oriunda do Estado central, com fronteiras terrestres vivas, como era e é o caso dos Estados europeus, particularmente da França, Alemanha e leste da Europa. Essa preocupação é que manifesta influência no pensamento de Haushofer quando escreve:

“Um fenômeno vital resultante de um jogo de forças sempre confinante como a fronteira política, não pode ser plenamente ocupada de *lege lata* em virtude de uma lei coagulada, vinculada à uma carta oriunda de uma concepção estática, nascida de um Estado já decadente desde o momento em que ela foi fixada.”

“Somente uma concepção dinâmica prevendo constante-

mente uma alteração no jogo de forças pode levar em conta sua mobilidade e isto não representa, senão, considerar a lei do futuro, *de lege ferenda*, que nasceu conosco e que muda em cada geração; assim podemos pressentir os rumos do futuro e suas leis.”

O pequeno trecho acima, de Karl Haushofer, é um retrato vivo de seu pensamento pseudo-geopolítico e de sua adesão à teoria organicista de Kjéllen. Sua linguagem — fenômeno vital, lei coagulada, Estado decadente, lei que nasceu conosco — representa a própria essência do Estado — organismo vivo. Sua concepção política foi servir ao expansionismo germânico. Representa uma perversa distorção da Geopolítica. Foram pensamentos deste teor, cheios de preconceitos expansionistas, que influíram para que alguns setores acadêmicos rejeitassem a aceitação da Geopolítica como ciência.

Mas, o peso real da geopolítica, na orientação das decisões dos Estados Modernos, superou esta rejeição. De fato, não há como se opor à influência da geografia, o único elemento físico permanente, no contexto dos valores considerados na formulação da política do Estado. Contrapondo-se à teoria organicista, apresentamos algumas expressões de pensadores franceses, belgas, ingleses, norte-americanos e brasileiros, expressões do pensamento liberal democrático sobre este mesmo tema — fronteira.

Começamos pelo geógrafo francês

Vallaux, na sua obra *Geographie Sociale*:

“As fronteiras não servem apenas de meio de separação, mas também de interpenetração de culturas, interesses e objetivos diferentes.”

Outro geógrafo francês, Jacques Ancel, no livro *Geographie de Frontières*:

“A fronteira separa mas também pode aproximar, quando se trata de países altamente civilizados.”

O internacionalista belga, Charles de Visscher, assim se expressa:

“A estabilidade relativa das situações territoriais garante ao Estado um quadro de segurança, aquele que abriga os povos dentro de fronteiras reconhecidas. Vem daí o interesse que representa, do ponto de vista de ordem e da paz, a consolidação das fronteiras e, em sentido inverso, a gravidade de todo incidente que implique na sua violação.”

O professor Boggs, norte-americano, autor do livro *International Boundaries*, assim manifesta seu pensamento:

“Uma das principais razões para se dedicar ao estudo de fronteiras é o desejo de se selecionar os tipos que provaram ser bons e os que se revelaram maus. Os primeiros dão estabilidade ao Estado que abrigam, os segundos são objeto de constantes controvérsias, conflitos e guerras.”

Lord Curzon, diplomata e internacionalista inglês, de destacada atuação política no primeiro quarto deste século, disse em conferência sobre fronteiras, pronunciada na Universidade de Oxford, em 1907:

“As fronteiras, mais do que qualquer outro fator, têm o mais profundo efeito sobre a paz e a guerra entre as nações. Todo o esforço diplomático deve ser desenvolvido no sentido de solucionar as tensões fronteiriças.”

Entre os brasileiros, geógrafos, internacionalistas, diplomatas, militares, vários escreveram sobre o tema fronteiras.

Destacamos, Barão do Rio Branco, Everardo Backeuser, Helio Viana, Delgado de Carvalho, Euclides da Cunha, Lysias Rodrigues, Omar Emir Chaves, Terezinha de Castro e Teixeira Soares. Este último, o Embaixador Teixeira Soares, em “História da Formação das Fronteiras do Brasil”, expressa, com felicidade, o que penso traduzir a média do pensamento político brasileiro sobre o assunto. Leiamos:

“Se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então se impõe ter em linha de conta, como imperativo vivencial, a existência de uma *política de fronteira*. Esta política deve ser vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente. Serão as fronteiras

vivas, zonas de alta sensibilidade política. O contrário delas serão as fronteiras mortas, ermas, desprotegidas, esquecidas. As fronteiras vivas serão sempre afirmações de um espírito forte de nacionalidade. Fronteiras mortas darão imagem pouco favorável de um país que não cuida das suas lindes como deveria cuidar, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de previdência e de organização de um povo.”

Após apresentarmos as posições de autores de mentalidade organicista da escola alemã e as confrontarmos com a média do pensamento de autores de formação liberal — democrática, podemos chegar a algumas conclusões.

A primeira é que, as fronteiras, são sempre *regiões geopoliticamente sensíveis*: — quando vivas esta sen-

sibilidade é permanente; mesmo quando mortas carregam uma sensibilidade potencial. Como tal, cumpre ao Estado, em benefício da paz e da harmonia internacional, permanecer vigilante para que esta sensibilidade natural, não se transforme em tensão, pressão, antagonismo e conflito. A política de fronteiras começa pelos tratados internacionais que as definem, depois pela cartografia que as retrata em mapas, seguida pela demarcação que lhes dá expressão física no terreno. Mas tudo isto não basta, como se trata de regiões de interesses internacionais confinantes, cumpre vigiá-las, povoá-las e harmonizar esses interesses das populações vizinhas.

O Direito Internacional, a Geopolítica e a Diplomacia são os grandes sustentáculos de uma política de fronteiras que busque a estabilidade e a paz.



O General-de-Divisão R/1 CARLOS DE MEIRA MATTOS foi comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, FAIBRÁS, como coronel. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID-7) em Natal, RN. Foi também Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA. Geopolítico de renome internacional. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie, e um colaborador constante de nossas revistas militares e autor de inúmeros livros, alguns destes editados pelo BIBLIX.